

Capítulo 12

INCLUSÃO ESCOLAR E O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DOCENTE



INCLUSÃO ESCOLAR E O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DOCENTE

SCHOOL INCLUSION AND AUTISM SPECTRUM DISORDER: CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF TEACHING PRACTICE

Marlucia Vieira Vaz¹

Maria Ovídia Muniz Portilho²

Resumo: O presente trabalho versa sobre a inclusão escolar dos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo-TEA e parte da hipótese de que não se pode falar de inclusão e ensino aprendizagem sem levar em consideração o papel imprescindível da escola e do professor, o mesmo investiga se há a oferta de formação continuada. De modo geral busca compreender o processo de inclusão escolar do aluno (a) com Transtorno do Espectro do Autismo, caracterizando o transtorno, apontando os aspectos legais relativos a inclusão do aluno autista e identificando quais os principais desafios e possibilidades da prática docente na inclusão desses alunos. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo-descritivo e encontra-se fundamentada a partir das contribuições de autores e pesquisadores renomados na área da Educação inclusiva, que abordam na íntegra o processo de inclusão escolar dos autistas, a saber: Oliveira (2016), Neto et al (2018), César (2003); Orrú (2003); Ropoli (2010, etc. O

1 Graduanda do 8º período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins-Unitins (campus Araguatins).

2 Orientadora, Mestra em Ciências ambientais- UNITAU; Especialista em saúde mental- UFRJ; Psicopedagogia clínica e institucional- FAIARA e Neuropsicopedagogia- FAVENI; Graduada em Pedagogia-UFMA. Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins- Unitins, campus de Araguatins



ensaio teórico se per fez por meio da pesquisa bibliográfica de livros, artigos científicos, monografias, entre outras. Os estudos revelaram que apesar de muitos autistas serem matriculados em escolas regulares não é possível falar de inclusão mas, somente de inserção, uma vez que apesar da existência de leis e concomitantemente do aumento desses alunos no âmbito educacional, incluí-los têm sido laborioso principalmente por que a realidade permanece controversa devido a uma série de desafios existentes nas escolas regulares que dificultam a oferta de respostas adequadas às necessidades educacionais específicas do autista.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão escolar. Formação continuada.

Abstract: This paper deals with the school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder - ASD and assumes that one cannot talk about inclusion and teaching learning without taking into account the essential role of the school and the teacher, and investigates whether there is the provision of continuing education. In general, it seeks to understand the process of school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder, characterizing the disorder, pointing out the legal aspects related to the inclusion of autistic students and identifying the main challenges and possibilities of teaching practice in the inclusion of these students. The methodology used is qualitative-descriptive and is based on the contributions of renowned authors and researchers in the field of inclusive education, who fully address the process of school inclusion of autistic students, namely: Oliveira (2016), Neto et al (2018), César (2003); Orrú (2003); Ropoli (2010), etc. The theoretical essay was perfected through bibliographic research of books, scientific articles, monographs, among others. The studies revealed that although many autistic students are enrolled in regular schools, it is not possible to speak of in-

clusion, but only of insertion, since despite the existence of laws and the concomitant increase of these students in the educational environment, including them has been laborious, especially because the reality remains controversial due to a series of challenges in regular schools that hinder the provision of appropriate responses to the specific educational needs of autistic students.

Keywords: Autism. School inclusion. Continuing education

INTRODUÇÃO

As discussões acerca da inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo-TEA estão presentes no cotidiano das escolas, no âmbito das políticas públicas e na legislação. A preconização de uma escola inclusiva levanta a proposta de que haja práticas pedagógicas adaptadas para atender as necessidades educacionais específicas dos alunos, para a sua integração e inclusão, entretanto isso tem sido um grande desafio para as escolas e docentes, visto que ocasiona muitas mudanças dentro do ambiente escolar que abrangem as adaptações estruturais, curriculares, o método avaliativo e ainda a formação do professor que muitas vezes não se encontra habilitado para atender as pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, ressalta-se que existem leis e políticas públicas que visam assegurar que todas as pessoas, sem exceção, tenham acesso à escola na modalidade regular de ensino, contudo mesmo sendo previsto constitucionalmente e havendo leis que assegurem o acesso à escola é perceptível que as mesmas continuam apresentando formas de segregação e enfrentando situações adversas que impõe ao docente a superação de inúmeros desafios dentre os quais se destaca; a falta de forma-

ção continuada, o medo, a frustração, insegurança, falta de recursos, e estratégias eficazes.

Nesse ínterim, essa pesquisa parte da hipótese de que não se pode falar de inclusão e ensino aprendizagem sem levar em consideração o papel imprescindível da escola e do professor, a problemática investigada tem como base o seguinte questionamento: Tem sido oferecido cursos de formação continuada para docentes que trabalham com alunos (as) com Transtorno do Espectro do Autismo?

Este estudo tem como objetivo geral compreender a importância do papel da Escola e dos docentes na inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. Como objetivos específicos (I) caracterizar o Transtorno do Espectro do Autismo; (II) apontar os aspectos legais relativos à inclusão escolar de alunos com autismo; (III) identificar quais os principais desafios e possibilidades da prática docente na inclusão de alunos com TEA.

O interesse pelo tema e a imprescindibilidade de reafirmar a importância da inclusão dos alunos com TEA no âmbito escolar surgiu após o contato com as disciplinas de Educação Especial e Educação Inclusiva. A discussão é consideravelmente relevante, pois além de contribuir para a compreensão acerca do aluno autista e das suas características, a mesma evidencia os principais desencadeamentos dessa temática.

A pesquisa desenvolvida é de cunho qualitativo e para melhor discorrer sobre esse campo de estudo foram utilizados alguns teóricos que abordam sobre a realidade de alunos autistas no contexto educacional, a saber: Oliveira (2016), Neto et al (2018), César (2003); Orrú (2003); Ropoli (2010) e entre outros.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: 2. Caracterização geral do Transtorno do Espectro do Autismo, 3. Aspectos legais relativos a inclusão escolar do autista, 3.1 Inclusão escolar dos alunos com TEA, 3.2 O papel da escola e do professor no processo de inclusão escolar 4. Desa-

fios da prática docente no processo de inclusão escolar do aluno autista e 4.1 Métodos educacionais e acompanhamento especializado como possibilidades da prática docente.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

Na atualidade verifica-se uma grande prevalência do TEA que até pouco tempo era tido como pouco incidente, nos dias de hoje aproximadamente 1 em cada 44 crianças aos 8 anos de idade é diagnosticada autista, sendo esta uma deficiência mais comum para o sexo masculino. (Centro de Controle e Prevenção de Doenças- CDC,2021). Mas afinal, o que vem a ser o Transtorno do Espectro do Autismo e quais as leis existentes que buscam assegurar melhores condições de vida para os alunos com essa deficiência?

O Transtorno do Espectro do Autismo é um distúrbio característico do desenvolvimento que revela grandes variabilidades em sua apresentação, geralmente é manifestado por volta dos três anos de idade sendo capaz de comprometer o rendimento escolar e o funcionamento adaptativo nos ambientes sociais e familiares. Seu diagnóstico precoce e tratamento correto é indispensável para um bom prognóstico e minimização das consequências do transtorno na vida adulta. A Lei nº.12.764 de 27 de dezembro de 2012, em seus incisos I e II caracteriza o Transtorno como:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012, p.1).



Desse modo o indivíduo com TEA deve ser considerado único e incomparável, bastante singular em seu modo de ser tendo suas especificidades e características próprias por apresentar sintomas diferenciados, o aluno com Transtorno do Espectro Autismo tem suas características marcadas pelas variabilidades em sua apresentação, podendo prejudicar a interação social, desenvolvimento da comunicação, do comportamento e ainda dependendo do seu grau e nível enquadrado pode acarretar em um eventual comprometimento intelectual.

Logo, infere-se que o Transtorno apresenta muitas variações e sintomas bem distintos, segundo Oliveira (2016) não existe um padrão único de comportamento, ao passo que existem crianças que apresentam uma excelente capacidade intelectual que tocam piano perfeitamente, falam várias línguas e existem também autistas que tem severas limitações no raciocínio, na fala e na aprendizagem. De acordo com a nova Classificação Internacional de Doenças- CID-11 os diagnósticos envolvendo os prejuízos na linguagem funcional e deficiência intelectual foram unidos no código 6A02, visando facilitar o diagnóstico e simplificar a sua codificação. Esses estão dispostos atualmente da seguinte maneira:

6A02 – Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): 6A02.0 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; 6A02.1 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; 6A02.2 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada; 6A02.3 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada; 6A02.5 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional; 6A02.Y – Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado; 6A02.Z – Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado. (CID-11,2022).

Desta forma o Transtorno recebe o nome de espectro (spectrum), pois abrange várias situações que se apresentam de maneira diferenciada umas das outras, variando da mais leve à mais grave, temos que com ou sem deficiência intelectual todas estão associadas com as dificuldades de interação social e comunicação. Alguns dos sinais que podem ser notados na pessoa que apresenta o TEA são: comportamento e riso inapropriado, dificuldade de se relacionar com as outras pessoas, preferência por rotinas, pouco ou nenhum contato visual; dificuldade expressar as suas necessidades; desvio motor [...] (BARBOSA, 2009).

Exatamente por apresentar características tão diversas os pais, a escola e os professores muitas vezes ficam confusos com sua existência por desconhecer a abrangência, sendo importante a compreensão acerca das suas variações e dos seus respectivos sintomas para que seja possível trabalhar com o desenvolvimento dos aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais do aluno autista. Oliveira (2016) elenca quatro variações do transtorno para melhor compreender a sua amplitude:

A literatura mais recente na área classifica o TEA como um transtorno que possui variações e subdivide estas variações em pelo menos quatro categorias, que variam do grau mais leve (menos comprometido) até o mais alto grau (cujo comprometimento é maior), podendo ser assim divididos: a) Traços de autismo (cujas características são bem leves); b) Síndrome de Asperger (possuem alguns comprometimentos básicos, mas com um nível intelectual e de habilidades importantes); c) Autismo de alto funcionamento (os savant); d) Autismo Clássico (o que apresenta maior comprometimento, inclusive intelectual). (OLIVEIRA, 2016, p.13).

Ou seja, o TEA revela uma diversidade de condutas que não podem ser ignoradas nem generalizadas, uma vez que para uma criança “sem deficiência” a rotina é desenvolvida sem muitas complicações, enquanto que para as crianças que tem autismo as adaptações devem ser maiores, pois

esses alunos apresentam dificuldades de comportamento que comprometem a interação social e a comunicação com colegas e professor, sendo nesses casos mais específicos necessária a presença de acompanhamento educacional personalizado e individual.

É de fundamental importância conhecer cada grau para entender quais as melhores formas de intervenção e quais os melhores métodos de trabalhar as dificuldades e potencializar as habilidades cognitivas, sensoriais, físicas, culturais e sociais desse público.

ASPECTOS LEGAIS RELATIVOS A INCLUSÃO ESCOLAR DO AUTISTA

A educação diz respeito a um direito público, inerente e inalienável da condição humana, concebida pela Constituição Federal de 1988 em seu Art.205 como direito de todos e reafirmado pelo Art.206 como um direito social. Concernido ao Estado garantir sua oferta gratuita e pública da forma mais ampla possível mesmo para aqueles que possuem algum tipo de deficiência e acabem adentrando na modalidade de ensino que realiza o Atendimento Educacional Especializado- AEE, como nos casos de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo que compõem a modalidade da Educação Especial. (BRASIL, 1988)

No que tange aos documentos legais onde se encontram assegurados os direitos do indivíduo com TEA, cabe apresentar mesmo que de maneira sucinta as principais leis que normatizam a modalidade de Educação Especial e buscam atender as crianças e adolescentes de uma maneira igualitária e universal projetando a inclusão escolar:

A Constituição Federal de 1988, que propõe em seu Art.208, inciso III que o Atendimento Educacional Especializado deve ser garantido aos “portadores de deficiência, preferencialmente na

rede regular”. (BRASIL, 1988). Ou seja, é um direito do aluno autista ser incluso nas salas regulares e concomitantemente nas salas de Atendimento Educacional Especializado- AEE.

O Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (BRASIL, 1990), que por sua vez vem propor na Lei nº 8069/90, em seu Art. 55 que é dever dos pais ou responsáveis matricular seus filhos nas escolas de ensino regular, assim como também é responsabilidade da escola oferecer uma educação inclusiva, a lei reafirma no Art. 53 que a escola é responsável por conceber o atendimento especializado sem precisar tirar as crianças e adolescentes das salas regulares, pois elas necessitam do cuidado sem distinção aos demais alunos, o Artigo 53 propõe que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - atendimento educacional especializado “as pessoas com” [sic] com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990, p.34).

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB assegura no seu art. 59, Incisos I, II e III que os sistemas de ensino deverão estar aptos para receber os educandos com deficiência, bem como reestruturar o currículo, metodologias, elaborar adaptações curriculares e pensar na formação adequada dos professores para incluir os educandos com necessidades educacionais específicas. (BRASIL, 1996)

A Declaração de Salamanca documento formulado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em 1994, é um dos principais documentos que defende a inclusão social e reafirma o compromisso com a Educação de todos. A mesma atenua que “ aqueles com necessidades educacionais “específicas” [sic]devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedago-

gia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (SALAMANCA, 1994, p.1).

A Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sancionada pela Dilma Rousseff, reforça as leis que respaldam a inclusão. De acordo com a atual Lei 13.146/2015:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art.27).

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001) que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instaurando a perspectiva da universalização, respeito e diversidade.

Lei Berenice Piana que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, ao tratar da pessoa com autismo talvez essa seja uma das leis mais importantes, visto que no seu art. 1, inciso II e § 2º a mesma afirma que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e em casos de comprovada necessidade, a pessoa com TEA incluída nas classes comuns de ensino regular tem direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012). Em seu Art. 3 ela estabelece os principais direitos da pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, nos Incisos I, II, III e IV:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nu-



trição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social. (BRASIL, 2012).

De acordo com as perspectivas legais aqui mencionadas é concebido ao aluno autista todos os direitos conferidos aos indivíduos com deficiência, contudo percebemos que o problema não é a falta de leis e sim a efetivação das mesmas, existem muitos percalços ainda para tornar a inclusão algo real no país, mesmo existindo todos esses aspectos legais referentes ao TEA existem grandes lacunas no processo educativo.

Percebe-se uma necessidade de maior divulgação por meio do poder público e das instituições que são destinadas a receber o aluno autista uma vez que as mesmas visam beneficiar todos os envolvidos, especialmente os pais e docentes que atuam diretamente com o aluno autista, dando suporte financeiro, educacional e também condições igualitárias perante a sociedade, mas às vezes passam despercebidas, e os maiores interessados são privados dos seus benefícios.

Inclusão escolar dos alunos com TEA

A inclusão é relativamente recente, a primeira vez que se ouviu falar no Brasil foi a meados dos anos 90, seu sentido é muito amplo e por vezes é confundido com o da integração, sendo defendida como um direito de todos sem restrições ou condições, configurando-se numa ação política, cultural, social e pedagógica que visa garantir a participação e aprendizagem de todos os indivíduos presentes na sociedade. De acordo com Brasil “ a educação inclusiva constitui um paradigma edu-



cacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, [...] dentro e fora da escola (BRASIL 2007, p. 1). Apesar do termo Inclusão ter muitos significados (polissêmico), a ênfase aqui será dada a inclusão escolar dos indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo- TEA nas escolas de ensino regular, que deve ocorrer em um processo de interação e participação social.

É interessante abordar que muitas escolas carregam modelos excludentes de ensino, enraizadas consigo a segregação e os erros de séculos passados, a realidade mostra um processo educativo mais excludente que inclusivo. A grande maioria das escolas não apresentam estrutura organizacional e pedagógica suficiente para atender as crianças e adolescentes com deficiência, sendo preocupante o fato de muitas não oferecerem e nem assegurarem o ensino pautado na igualdade, qualidade e equidade. Sanches e Siqueira concordam com essa afirmativa quando ponderam que:

Mudanças e progressos aconteceram na Educação Especial, e as políticas públicas educacionais de inclusão no Brasil apresentaram muitos avanços nas últimas décadas. Todavia, ainda persiste a distância entre o que pregam os dispositivos legais e o que acontece de fato no cotidiano das salas de aula das nossas escolas. Afinal, uma História marcada por práticas excludentes e segregativas não é fácil de ser apagada de uma hora para outra. (SANCHES, SIQUEIRA, 2016, p. 174).

Desta forma, a inclusão dos autistas nas dependências das escolas deve perpassar por um processo de socialização e desenvolvimento das habilidades particulares de cada indivíduo, respeitando suas especificidades e limitações. Esse processo vai de encontro à quebra de paradigmas e perspectivas retrógradas das escolas conservadoras e tradicionais que ainda defendem o pensamento de que a presença dessas pessoas atrapalha a rotina dentro da escola e impedem o avanço dos demais. Nesse viés César propõe que:



Escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa do outro, que temos como parceiro social. (CÉSAR, 2003, p. 119).

Nesse contexto, temos que a inclusão primariamente parte do intrínseco do ser humano sendo necessária a vontade de conhecer, compreender e respeitar a diversidade do outro para só então ter noção do que é incluir, já que, vivemos em um mundo em que qualquer pessoa que diga “você é importante” abre caminhos, cria possibilidades e aumenta as chances das demais pessoas serem capazes de dizer o mesmo para si e para outras. É preciso compreender que em se tratando dos alunos com TEA a aprendizagem é possível dentro da sala comum e que o pensamento excludente de que esse público não pode estudar, aprender e conviver é ultrapassado. Segundo Ropoli:

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os excluirá das suas turmas. (ROPOLI, 2010, p.8).

Nessa conjuntura a inclusão escolar do educando com TEA independe de talento, nível socioeconômico ou deficiência, sem exceções, ela vem mostrar que todos são igualmente importantes na sociedade e que a diversidade é o que torna a escola um ambiente rico e propício para o desenvolvimento da cidadania. (NETO et al., 2018). A mesma não está relacionada com a oferta segregada do ensino nas classes especiais, porque isso funciona como um isolamento que ao invés de permitir que o aluno com necessidades específicas socialize com as outras pessoas e perceba a diversidade, acabe

na verdade sendo excluído das atividades primordiais para o aperfeiçoamento do seu o crescimento individual, capacidade de socializar e desenvolvimento dos aspectos cognitivos e emocionais (MENEZES, 2012).

Em função disso é necessário que o indivíduo com Transtorno do Espectro do Autismo tenha direito a inclusão e convivência com outros pares e cabe à escola disponibilizar sua primeira experiência quanto sociedade em um processo que ocorra dentro das possibilidades do aluno, pois mesmo que tenha sido planejada para atender a um determinado público, ao longo do tempo essa demanda se tornou outra e hoje a escola é caracterizada como um dos locais mais multiculturais e diversificados da esfera social, o lugar em que a diferença se apresenta veemente, sendo necessário uma reestruturação e adequações que atendam as demandas destes educandos.

Conforme apresenta Neto et al. (2018) a tarefa de construir uma escola que se baseia na diversidade e não na homogeneidade é um grande desafio convergido em uma série de mudanças e adaptações nos valores tradicionais da educação, o que de fato é uma tarefa laboriosa. Outrossim a integração dos alunos atípicos é um grande desafio da realidade educacional, mesmo se apresentando como avanço no processo democrático, de justiça social e igualdade, a proposta da inclusão no âmbito educacional precisa ser melhorada e efetivada. (SANCHES, SIQUEIRA, 2016).

Principalmente por que na hodiernidade o discurso é de que os docentes se encontram incapacitados para receber pessoas autistas nas suas classes e a escola não dispõe de infraestrutura adequada nem recursos/materiais didático-pedagógicos para atender a esse público, apesar de ser algo já preconizado em leis. Normalmente o que se tem são atitudes exclusivas das escolas que muitas vezes “[...] se contenta apenas em mantê-los no espaço, ainda que não participem das aulas, não realizem as atividades e não aprendam”. (OLIVEIRA, 2016, p.50).



A escola parece não se preocupar em exercer seu papel social e concomitantemente não aceita, nem prepararam os profissionais e o ambiente para receber os alunos com TEA, a grande maioria acredita que somente permitir que esses alunos adentrem nas salas de aula já é o suficiente, entretanto a matrícula dos alunos por força da lei nas salas regulares anda longe de ser o bastante para promover a inclusão. Como infere Oliveira:

[...] podemos destacar que a inclusão de crianças com TEA em classes regulares não podem ser sinônimo de matrícula. Faz-se mister que as políticas públicas busquem como primeiro passo dar prioridade a formação adequada e continuada para os professores. Sem esta ação, nenhuma intervenção pedagógica se fará possível. [...] (OLIVEIRA, 2016, p.50).

Nessa perspectiva ressalva-se que a inclusão desses alunos na escola não é resumida na simples tarefa de matriculá-los, como indicado em Oliveira (2016) espera-se que a escola propicie interação e se adeque ao aluno, não só as necessidades físicas mais também na construção de novas dimensões, atitudes e estruturação das práticas e políticas pedagógicas. No viés de que não adianta matricular o aluno com TEA na classe regular e a gestão escolar não buscar se adequar as necessidades dos alunos nem ter preparo para recebê-lo, porque dessa maneira ao invés de possibilitar a inclusão, a escola estará realizando a sua exclusão por falta de condições adequadas que assegurem sua permanência.

O papel da escola e do professor no processo de inclusão escolar

A escola enquanto lugar de socialização deve disponibilizar a primeira experiência do autista quanto sociedade em um processo que ocorra dentro das possibilidades do aluno, tem o dever de



acolher e aceitar as diferenças. [...] “Além de acolhedora e inclusiva, a escola precisa se constituir em espaço de produção e socialização de conhecimentos para todos os alunos, sem distinção”. (OLIVEIRA, 2016, p.50).

É papel específico da escola repensar a formação continuada, os recursos didáticos- pedagógicos e melhores condições do ambiente para receber o aluno autista, além disso a mesma deve ter uma relação intrínseca com a família, uma vez que o sucesso e a aprendizagem com aluno com TEA depende disso. De acordo com a Declaração da Salamanca a escola deve prezar pelo trabalho coletivo e democrático em que toda a equipe pedagógica esteja envolvida, devendo ser “[...] uma comunidade, conjuntamente responsável pelo sucesso ou insucesso de cada aluno [...]” (DECLARAÇÃO DA SALAMANCA, 1994, p.22-24).

O papel do professor por sua vez, possui caráter único na inclusão dos alunos autistas no âmbito escolar, em virtude de ser concernido a ele a missão de direcionar o processo pedagógico mostrando os caminhos para que o aluno consiga se desenvolver de maneira significativa e integral. É função dos professores procurar novas posturas e habilidades que possibilitem problematizar, entender e intervir nas diferentes situações que encontram, bem como contribuir com a proposta de uma escola inclusiva, propiciando assim transformações positivas traçadas nas possibilidades de incluir para conhecer o aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. Assim:

O professor em sala de aula é peça fundamental para que a ação educativa junto aos alunos com necessidades educacionais “específicas” [...] tenha margem razoável de sucesso. Assim, tanto a formação inicial como a formação continuada do professor em serviço devem englobar conceitos e uma prática pedagógica que criem as condições para uma prática educativa coerente com o projeto inclusivo. (BEYER, 2007, p. 80)

Destarte, os docentes devem repensar suas práticas e buscar aderir métodos não tão convencionais, na tentativa de englobar práticas pedagógicas que permitam a participação plena e a integração do aluno com TEA, é incumbido aos educadores a função de incentivar a participação do aluno autista nas atividades e na intercomunicação por meio de pares, outrossim cabe a escola buscar a adequação que garantam a permanência, a convivência e instrumentos de comunicação eficiente, pois a integração dos mesmos sem isto pode ser vagarosa e paulatina.

O professor e a escola devem buscar em conformidade o aperfeiçoamento, a capacitação e se inteirar dos métodos educacionais e das alternativas para se trabalhar com o espectro autista e principalmente querer incluir o aluno que tenha essa deficiência, uma vez que não basta estar na sala de aula, é necessário que o professor e a escola envolvam o aluno em todos os momentos individuais e coletivos. Outrossim em conjunto desempenham a importante tarefa de detectar as dificuldades dos alunos, sejam com ou sem necessidades específicas, pois assim facilitarão o diagnóstico e intervenção na aprendizagem dos mesmos contribuindo para a mudança dos padrões preconceituosos, estereotipados e discriminativos dentro do próprio ambiente escolar e fora dele.

DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NA INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO AUTISTA.

A educação é uma área ampla repleta de desafios que incumbe ao professor o papel basilar e laborioso de construir a aprendizagem dos seus alunos, buscando desenvolver por meio desta as habilidades e competências fundamentais para a vida em sociedade. Isso requer capacitação profissional, competências técnicas (formação continuada) e pessoais (aptidão, empatia, flexibilidade e compromisso). (WEIZENMANN; PEZZI; ZANON, 2020).



A incumbência de promover a inclusão é um processo coletivo e contínuo que não deve ser transferido somente para o docente, deve agregar todos os segmentos da escola e compreender que os autistas possuem alterações no desenvolvimento da comunicação, interação social e um repertório específico de interesses para que não ocorra sua inserção na escola de maneira abrupta e sem assistência.

No entanto pondera-se que há muitos desafios na prática docente que justificam a difícil tarefa de efetivar a inclusão escolar, uma vez que as condições em que se encontram as escolas de ensino regular e os professores são bastante adversas, abrindo destaque para falta de formação continuada, experiência e preparo para lidar com alunos que apresentam comprometimentos de ordem cognitiva, comportamental e de comunicação, além disso a carência de recursos didático- pedagógicos, o desconhecimento acerca do Transtorno do Espectro do Autismo e professores que em sua grande maioria se revelam angustiados, frustrados, despreparados e desamparados pelas próprias escolas diante do desafio de atender alunos com TEA em suas salas regulares. (SANCHES, SIQUEIRA, 2016).

Deste modo, é visível que a insegurança e falta de preparo são grandes barreiras na prática docente, quando os professores não repensam o currículo, os métodos e nem fazem adaptações curriculares para os alunos com TEA, passam a transferir de maneira abrupta seus conhecimentos sem alinhamento entre teoria e práticas reflexivas e metodologias eficazes no processo de ensino-aprendizagem, deixando o aluno autista geralmente à margem do trabalho desenvolvido com a turma, o que acaba tornando sua experiência traumática, além de evidenciar formas de segregação e estigmatização da diferença dentro da escola.

Dessa forma, existe uma urgência de ressignificar a prática pedagógica e repensar a formação/capacitação dos professores para dinamizar a aprendizagem e considerar as reais necessidades



dos alunos com autismo, pois eles necessitam de diferentes estratégias de ensino para construir com êxito seu conhecimento dentro da escola, pois a mesma se configura como um dos principais ambientes para desenvolver as habilidades e competências do educando, além de que muitas vezes é para muitos o único lugar que propicia a convivência e aprendizagem, a única terapia. (OLIVEIRA, 2016)

Assevera-se que a qualificação profissional que deveria ser um processo contínuo em um movimento permanente de busca e aperfeiçoamento se encontra estagnada por que a escola não incentiva e nem viabiliza cursos de aperfeiçoamento para seus docentes, o que torna a tarefa de educar um grande desafio, pois para trabalhar com aluno com TEA é necessário que o profissional da educação tenha conhecimentos básicos, reveja suas práticas, metodologias, forma de avaliar, saiba como adaptar materiais pedagógicos, busque se aperfeiçoar e compreender o Transtorno e suas variações.

Sobre isso Orrú Ressalva:

É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...]. (ORRÚ, 2003, p.1).

Considera-se, portanto, que não existem metodologias e nem praticas salvadoras. Existem possibilidades de aprendizagem que devem propiciar o desenvolvimento dos alunos com TEA é preciso compreender que cada deficiência tem suas características próprias e exigem conhecimento específicos do professor, a pratica que não contempla os requisitos necessários para trabalhar com o transtorno será mal sucedida. Dessa maneira, é preciso conhecer para poder incluir, se preparar para saber lidar com as situações adversas, pois assevera-se que o professor que não é orientado da maneira correta pouco pode contribuir para a inclusão.



Métodos educacionais e acompanhamento especializado como possibilidades da prática docente

Sabe-se que o autismo não tem cura e existe uma jornada laboriosa que busca a adoção de tratamentos que visam melhorar as condições de vida das pessoas com esse transtorno afim de torná-las independentes, embora exista muitos percalços que precisam ser vencidos para que os alunos recebam uma educação de qualidade e sem discriminação, coexistem métodos educacionais e práticas pedagógicas que podem ajudar a amenizar os impactos causados na aprendizagem e no desenvolvimento desses alunos; tais como: ABA, PECS, TEACCH.

O primeiro método a ser explicado é a Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis; abreviando: ABA) que é comumente associada ao tratamento de pessoas com Autismo e pode ser vista como uma possibilidade de trabalho com o desenvolvimento atípico das pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo. Em outras palavras é uma importante ferramenta de ensino-aprendizagem que funciona com uma abordagem comportamental que ajuda a driblar a falta de comunicação e reduzir os comportamentos indesejáveis.

O uso da Análise do Comportamento Aplicada na intervenção com crianças com TEA é empregada para auxiliar no ensino das crianças com Transtorno do Espectro do Autismo e ocorre por meio de instruções intensivas e estruturadas que estão pautadas em diversas estratégias que visam ensinar ao indivíduo comportamentos corretos e diminuir comportamentos que podem prejudicar seu funcionamento global.

Durante o tratamento comportamental (ABA), habilidades geralmente são



ensinadas em uma situação de um aluno com um professor via a apresentação de uma instrução ou uma dica, com o professor auxiliando a criança através de uma hierarquia de ajuda (chamada de aprendizagem sem erro). As oportunidades de aprendizagem são repetidas muitas vezes, até que a criança demonstre a habilidade sem erro em diversos ambientes e situações. A principal característica do tratamento ABA é o uso de consequências favoráveis ou positivas (reforçadoras) [...]. (NAZARI, NAZARI, GOMES, 2017, p.7).

Dessa forma a aplicação ABA é um método eficaz definido como “aprendizagem sem erro”, é um instrumento que trabalha no reforço dos comportamentos positivos e socialmente desejáveis baseando-se na ação e recompensa: a criança acerta algo e tem uma premiação ao invés de punição. De forma intencional através do uso desse método é possível ensinar a criança comportamentos mais adequados no lugar dos comportamentos problemas diminuindo assim sua frustração, agressividade, estereotípias e promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas, adaptativas e cognitivas.

O segundo método é o TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communications Handicapped Children: Tratamento em Educação para Autista e Crianças com Deficiências Relacionadas à Comunicação), uma ferramenta usada para valorizar os potenciais de aprendizagens dos alunos, verificando quais são suas habilidades e suas principais defasagens. Mello contribui dizendo que:

O Teacch se baseia na organização do ambiente físico através de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas – e sistemas de trabalho, de forma a adaptar o ambiente para tornar mais fácil para a criança compreendê-la, assim como: compreender o que se espera dela. Através da organização do ambiente e das tarefas, o Teacch visa desenvolver a independência da pessoa com autismo (criança ou adulto) [...] (MELLO, 2005, p.36).

Logo, esse método é um grande suporte para os professores, visto que parte da compreensão acerca do indivíduo com TEA do como ele aprende, quais são seus pontos fortes, suas áreas de interesses e seus pontos fracos, bem como visa a organização de um ambiente propício para a aprendizagem que permitirá os docentes trabalharem de acordo com as especificidades do aluno autista, com recursos e práticas pedagógicas apropriadas que estimulem seu processo de ensino- aprendizagem e valorizem as características individuais de cada um.

O TEACCH é alicerçado em um ensino estruturado e sistematizado que engloba o respeito e a valorização das habilidades dos alunos com TEA, compreendendo seus interesses, necessidades e adaptando os objetivos ao nível evolutivo do autista, pois, como afirma Leon (2016, p. 27) “Quando organizamos o ambiente, a criança consegue ter pistas e entender melhor o que deve fazer. A criança compreende melhor o que e como deve fazer, e a partir disso regula seu comportamento e responde ao que está sendo solicitado”. Portanto pode ser caracterizado como uma abordagem que busca adaptar o ambiente para facilitar a compreensão da criança do mundo ao seu redor, melhorando assim a sua independência em casa, no trabalho e na escola.

O terceiro método é o PECS (Picture Exchange Communication System: Sistema de Comunicação por Troca de Figuras), um sistema único de comunicação alternativa / aumentativa que visa a comunicação funcional, grande beneficiador da pessoa com TEA, uma vez que melhora o comportamento sociocomunicativo e aumenta linguagem verbal. “O método PECCS foi desenvolvido para ajudar crianças e adultos com autismo e com outros distúrbios de desenvolvimento e adquirir habilidades de Comunicação” (MELLO, 2004 p.39). Esse modelo de intervenção é composto por seis fases, a saber:

Fase I - Ensina os alunos a iniciarem a comunicação desde o início por meio



da troca de uma figura por um item muito desejado. Fase II - Ensina os alunos a serem comunicadores persistentes - ativamente irem à busca de suas figuras e irem até alguém e fazerem uma solicitação. Fase III - Ensina os alunos a discriminar figuras e selecionar uma figura que represente um objeto que eles querem. Fase IV - Ensina os alunos a usarem uma estrutura na frase para fazer uma solicitação na forma de “Eu quero”. Fase V - Ensina os alunos a responderem à pergunta “O que você quer? ” Fase VI - Ensina os alunos a comentarem sobre coisas no ambiente deles, tanto espontaneamente como em resposta a uma pergunta. Expandindo o vocabulário - Ensina os alunos a utilizarem atributos, como cores, formas e tamanhos, dentro das solicitações deles. (NAZARI, NAZARI e GOMES, 2017, p.9).

Em síntese, o PECS trabalha a relação interpessoal em que ocorre um ato comunicativo entre o aluno com dificuldades de fala e um adulto, por meio de trocas de figuras, as medidas são simples e podem ser aplicadas informalmente por aqueles que convivem com quem está no espectro permitindo o aperfeiçoamento das habilidades dos mesmos, ele pode ser usado pelos pais e professores.

Esses métodos educacionais supracitados não requerem ferramentas ou equipamentos caros, ou seja, os mesmos podem ser trabalhados não apenas por profissionais, sendo facilmente utilizados por pais e pelos professores da sala regular, ao passo que os educadores precisam compreender as técnicas e desenvolver graus de afetividade com os alunos autistas para que suas intervenções sejam naturais e imprimam o sentimento de pertencimento e a ideia de verdadeiro interesse pessoal neles.

Quando se trata da inclusão de alunos com deficiência, como é o caso dos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo, tais métodos educacionais, anteriormente mencionados, são imprescindíveis para a inserção e inclusão escolar e social destes indivíduos, é possível perceber que existem várias maneiras de se trabalhar com a pessoas com TEA e que essa busca não está finalizada, pronta e acabada, ao passar dos anos novas abordagens vão surgindo e novas possibilidades de ação também aparecem, sozinhas ou associadas, além disso não se pode esquecer que os professores da sala regular

também podem contar com um dos direitos conquistados através da Lei Berenice Piana (nº 12.764/12) que é o direito a um acompanhante especializado para o aluno com TEA, caso esse demonstre dificuldades proeminente de convívio social e manejo comportamental:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso. IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”. (LEI Nº 12.764/12, BRASIL).

Logo, no ambiente escolar de alunos com TEA, o acompanhante especializado é necessário, pois o mesmo facilita a relação entre a criança e os demais alunos de modo que o papel do professor não pode ser dispensado concernindo ao mesmo estar envolvido no desenvolvimento dos alunos, o acompanhante deve se voltar ao trabalho com a autonomia do aluno com TEA para que os mesmos posteriormente sejam capazes de realizar ações rotineiras de maneiras mais habilidosa, deve haver uma relação harmoniosa entre o acompanhante especializado e o professor regente, bem como entre a sala regular e a sala do AEE.

Vale ressaltar que além das propostas já mencionadas é interessante focar na aprendizagem por meios de atividades lúdicas, pois estas permitem maior socialização e participação dos alunos. Dentre as quais cabe destacar; a adesão a um comando novo por dia, o contato visual, atividades que correspondem aos interesses restritos dos alunos, pois isso pode despertar seu interesse pela atividade proposta, uso de jogos, brincadeiras e músicas para desenvolver o lado sócio afetivo, bem como a utilização dos recursos visuais como desenhos, figuras, objetos concretos, a incorporação de atividades que envolvam seus interesses específicos e preferências podem desenvolver e potencializar as habilidades e os talentos dos alunos, todas essas atividades supracitadas ajudam a trabalhar as habilidades



cognitivas, linguísticas, motoras, sociais e de cuidados pessoais do aluno com TEA.

METODOLOGIAS

O trabalho pretendido classifica-se quanto a sua abordagem como qualitativo, uma vez que buscou explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano (Creswell,2010). De acordo com os objetivos propostos a pesquisa se configura como descritiva, no escopo de que “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. (GIL,2008, p.28). A depuração dos achados originais visou atender o objetivo geral proposto que era compreender a importância do papel da Escola e dos docentes na inclusão do aluno com o na sala comum.

Neste viés o ensaio teórico se fez por meio de pesquisas bibliográficas, tendo em vista que este tipo de procedimento tem como vantagem permitir que o investigador tenha acesso a uma gama de fenômenos e dados de maneira muito mais ampla do que aquela pesquisada diretamente (Gil,1994), ademais o estudo encontra-se fundamentado a partir das contribuições de autores e pesquisadores renomados na área da Educação inclusiva e especial, que abordam na íntegra o processo de inclusão escolar dos alunos com TEA, os desafios e as possibilidades encontradas pelos professores ao trabalhar com esse público. Deste modo esta pesquisa responde a um ou mais questionamentos e utiliza fontes confiáveis como, livros, artigos científicos, monografias, revistas entre outras.

Nessa conjuntura a referida pesquisa é subsidiada por um refinamento do assunto em discussão através do uso de alguns descritores, como “ Transtorno do Espectro do Autismo”, “autismo”,



“aluno autista” relacionados a inclusão escolar e a educação especial. Além dos descritores para atender ao propósito da investigação, também foram utilizados como critérios de exclusão: 1. Artigos que não abordavam sobre a inclusão escolar do aluno com TEA nas salas regulares, 2. Artigos que não estavam disponíveis em acesso aberto, 3. Pesquisas em que o TEA aparecia junto com as demais deficiências. E como critério de inclusão: artigos que abordavam mesmo que de maneira sucinta a inclusão escolar dos alunos autistas e os desafios enfrentados pelos professores no ensino regular.

Os registros contidos nesta pesquisa podem construir uma base de conhecimentos acerca da temática e possibilitar novas discussões e problematizações sobre os processos de inserção do aluno com TEA nas escolas dando maior visibilidade para o público em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos analisados constatou-se que aumentou expressivamente a incidência de alunos com TEA no âmbito educacional, após o paradigma da inclusão escolar repercutir. Concomitante á isso surgiu a necessidade de compreender o papel da escola e dos docentes na inclusão de alunos autistas, evidenciando quais os prós e os contra no trabalho com a inclusão desse público.

Destarte, o trabalho revelou que a inclusão da pessoa com autismo nas escolas regulares deve estar muito além da sua inserção e presença física na sala de aula, deve prezar, sobretudo a sua aprendizagem significativa e o desenvolvimento das habilidades físicas, cognitivas, afetivas e sociais. Contudo evidenciou-se de forma contundente que apesar dos alunos com TEA possuírem leis que asseguram o acesso à escola e também condições de permanência, infelizmente a inclusão deles tem ficado a cargo exclusivamente do ato da matrícula, existindo assim a oferta de vagas, porém, sem es-



estratégias que contemplam as adaptações estruturais, curriculares, a formação continuada entre outras.

Levando em consideração a realidade sobre as quais se dá o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TEA, foi possível perceber que existe uma expressiva necessidade de investir em cursos, treinamentos, capacitações para os docentes, uma vez que é gritante a falta de experiência e preparo dos mesmos para lidar com alunos que apresentam comprometimentos de ordem cognitiva, comportamental e de comunicação, sendo incontestável a carência de recursos didático-pedagógicos, desconhecimento acerca do transtorno e a coexistência dos sentimento de frustração, despreparo e desamparo do docente em sua prática.

Embora exista muitas lacunas e desafios no processo de inclusão escolar do aluno autista, há alguns métodos educacionais que podem ajudar a amenizar os impactos causados na aprendizagem e no desenvolvimento desses alunos; tais como: ABA, PECS, TEACCH e outras metodologias ativas que podem ser exploradas pelo próprio docente na tentativa de ressignificar sua prática pedagógica.

Ademais ressalta-se por fim que, esta pesquisa é apenas uma premícia para muitas outras e que não há pretensão de esgotá-la em linhas limitadas, a temática é ampla e requer por si só um olhar mais aguçado, visto que existem muitas lacunas na formação docente e muitos desafios que precisam ser solucionados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, H. F. A. Análise do recurso a novas tecnologias no ensino de autistas, 2008/2009, 94s. Dissertação (Mestrado em Engenharia Informática – Sistemas Gráficos e Multimédia) – Instituto Superior de Engenharia do Porto, Lisboa (Portugal), 2008/2009.



BEYER, Hugo Otto. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. Revista Inclusão, ano 2, v. 2, p. 8-12, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases. Lei, 9394/96. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 20 set. 2022

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 22 ago. 2022

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 17 ago. 2022

BRASIL, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 15 ago. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em: 26 set. 2022

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 2/2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 set. 2001. Disponível em: CEB0201.doc (mec.gov.br) Acesso em: 16 set. 2022

BRASIL. Senado. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado. 1988. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal> Acesso em: 22 ago. 2022

CÉSAR, M. A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In: RODRIGUES, David (org.), *Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade*. Porto: Porto Editora, 2003. Acesso em 03 out. 2022

CID 11. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/classification-of-diseases#:~:text=ICD-11%20Adoption-,The%20latest%20version%20of%20the%20ICD%2C%20ICD-11%2C%20was,1st%20January%202022.%20> Acesso em 25 mar. 2022

CDC. Centro de Controle e Prevenção de Doenças. 2021 Disponível em: <https://www.cdc.gov/> Acesso em: 25 mar. 2022

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf Acesso em 06 nov. 2022

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em: 10 mai. 2022

GIL, A.C. *Métodos e Técnicas da pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994, p. 71. Acesso em: 10 mai. 2022

LEON, Viviane de. *Práticas baseadas em experiência para aplicação do TEACCH nos Transtornos do Espectro do Autismo*. Editora: Memnon, São Paulo: 2016. Acesso em: 28 out. 2022

MELLO, Ana Maria S. Ros de. *Autismo: Guia prático*. 4.ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2005. Acesso em: 24 out. 2022

MENEZES, Adriana Rodrigues Saldanha de. *Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?* 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade



do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/10585> Acesso em: 05 ago. 2022

NETO et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial* | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | jan. /mar. 2018. Santa Maria. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X24091> Acesso em: 26 mai. 2022.

NAZARI, A. C.; NAZARI, G.; GOMES, M. A. Transtorno Do Espectro Autista: Discutindo o seu conceito e métodos de abordagem para o trabalho. NORTE, D. M. Prevalência Mundial Do Transtorno Do Espectro Do Autismo: Revisão Sistemática e Metanálise, Tesis de Grado. [S.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Acesso em 06 nov.2022

OLIVEIRA, Maria da Luz dos Santos. Formação docente e inclusão de alunos com transtorno do espectro autista: algumas reflexões 2016. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1971> Acesso em: 11 mar. 2022

ORRÚ, S. E. A Formação de Professores e a Educação de Autistas. *Revista Iberoamericana de Educación (Online)*, Espanha, v. 31, p. 01-15, 2003. Acesso em: 25 mar. 2022

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva, v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar) Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Bra%C3%BAna/Downloads/2010_liv_eapropoli.pdf Acesso em: 25 set. 2022

SANCHES, Isabel Rodrigues; SIQUEIRA, Leni Porto Costa. A inclusão escolar e o transtorno o espectro do autismo. *Comunicações Piracicaba* v. 23 n. 3 Número Especial p. 167-183. 2016 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v23nespp167-1> Acesso em: 09 mar. 2022



UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 set.2022

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki, ZANON, Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. *Psicologia Escolar e Educacional*. 2020, v. 24. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392020217841> Acesso em: 26 out. 2022